

---

# ANÁLISE DOS TRADICIONAIS MODELOS DE RELATÓRIOS SOCIOAMBIENTAIS: HÁ DESCASO COM AS COMUNIDADES DO ENTORNO?

---

*ANALYSIS OF TRADITIONAL SOCIO-ENVIRONMENTAL REPORTING MODELS:  
IS THERE NEGLECT OF SURROUNDING COMMUNITIES?*

---

## **Isabel Cabral**

*Doutora em Ciências Contábeis, FACC/UFRJ.  
Universidade Federal Fluminense, UFF  
Endereço: Rua Des. Ellis Hermydio Figueira 783,  
Aterrado, Volta Redonda/RJ  
Telefone: (24) 3076-8700  
E-mail: ic@id.uff.br*

## **José Ricardo Maia de Siqueira**

*Doutor em Engenharia de Produção, COPPE/UFRJ  
Universidade Federal Fluminense, UFF  
Endereço: Rua Des. Ellis Hermydio Figueira 783,  
Aterrado, Volta Redonda/RJ  
Telefone: (24) 3076-8700  
E-mail: josemaia @id.uff.br*

*Recebido: 06/09/2024    Aprovado: 16/12/2024  
Publicado: 19/12/2024*

## **Aracéli Cristina de Sousa Ferreira**

*Doutora em Controladoria e Contabilidade, FEA/USP  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ  
Endereço: Av. Pasteur, 250 – sala 238 – Praia Vermelha  
– Rio de Janeiro- RJ – Brasil  
Telefone: (21) 3938-0282  
E-mail: araceli@facc.uffrj.br*

## **Yara Consuelo Cintra**

*Doutora em Controladoria e Contabilidade, FEA/USP.  
Filiação: Universidade Federal do Rio de Janeiro  
(UFRJ)  
Endereço: Av. Pasteur, 250 – sala 250, Praia Vermelha,  
Urca – Rio de Janeiro/RJ  
E-mail: yaracintra@facc.uffrj.br*

---

## **RESUMO**

---

A contabilidade é relevante para a sociedade como um todo, seja pela informação financeira ou pela socioambiental. Existe um grupo de stakeholders que anseia por tais informações, porque seus componentes são os primeiros a serem impactados pelas atividades operacionais das empresas, trata-se das comunidades do entorno. Contudo, os relatórios socioambientais são considerados de difícil compreensão para não especialistas, são elaborados em uma abordagem imposta sem a participação da população local. O objetivo deste trabalho foi analisar em quatro modelos de relatórios socioambientais, utilizados por empresas no Brasil, informações que atendam às expectativas das comunidades do entorno. O resultado da pesquisa evidenciou que a informação específica para este grupo de stakeholders, praticamente não está contemplada nos indicadores analisados. Percebe-se que há um grande caminho a percorrer, pois independente do ramo de atividade, todas as empresas devem prestar contas de suas decisões e todas têm um stakeholder em comum: a comunidade do entorno.

**Palavras-chave:** Stakeholders. Comunidades do entorno;.Relatórios socioambientais.

## ABSTRACT

---

*Accounting is relevant to society, whether for financial or socio-environmental information. A group of stakeholders yearn for such information because their members are the first to be impacted by the operational activities of companies, namely the surrounding communities. However, socio-environmental reports are considered difficult to understand for non-specialists and are prepared using an imposed approach without the participation of the local population. The objective of this study was to analyze information that meets the expectations of the surrounding community in four models of socio-environmental reports used by companies in Brazil. The research results showed that specific information for this group of stakeholders is barely included in the indicators analyzed. Regardless of the sector of activity, there is a long way to go, as all companies must be accountable for their decisions, and they all have one stakeholder in common: the surrounding community.*

**Keywords:** Stakeholders. Surrounding Communities. Socio-environmental Reports..

## 1 INTRODUÇÃO

Os relatórios socioambientais são escritos para profissionais especializados, dificultando a compreensão de não especialistas (BLACKBURN *et al.*, 2014). No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da norma NBC T 15, estabelece as informações de natureza social e ambiental, que as entidades deveriam fornecer à sociedade, como forma de comprovar a sua responsabilidade social (CFC, 2004). Os relatórios socioambientais são fundamentais para a sociedade, principalmente, nos setores em que há maior impacto social e/ou ambiental.

Para Gray, Dillard e Spence (2013), os relatórios contábeis, sociais e ambientais devem considerar os interesses de grupos específicos, tais como os empregados e desempregados; comunidades; os pobres e/ou excluídos. Contudo, uma abordagem pluralista no contexto contábil desafia as premissas econômicas neoclássicas nas quais se baseiam a contabilidade monológica, pois tal abordagem respeita os diferentes interesses e necessidades dos stakeholders e busca a inibir a postura das empresas em privilegiar alguns em detrimento de outros (BROWN, 2009; DILLARD; YUTHAS; BAUDOT, 2016).

Segundo Gray, Dillard e Spence (2013), muitos relatórios socioambientais voluntários foram considerados como sendo seletivos e “occos”, desprovidos de informações úteis para a sociedade. Para Hopwood (2009), há uma necessidade de que os relatórios corporativos contenham o desempenho ambiental, assim como contêm o desempenho financeiro, de forma que os relatórios tenham potencial para dar visibilidade às atividades das empresas e suas consequências ambientais, enfim, “lançando luz sobre o que é muitas vezes invisível” (HOPWOOD, 2009, p. 437). Os relatórios seguem na direção oposta do que a sociedade necessita, “consolidando ainda mais o status quo pelo alinhamento discursivo insincero das preocupações com noções de interesse público e sustentabilidade ambiental” (SPENCE, 2009, p. 224).

Baumgartner e Ebner (2010) afirmam que muitos relatórios de sustentabilidade publicados não têm seu foco claramente definido, sendo utilizados mais como greenwashing (lavagem verde) do que para fornecer informações. Para Lins e Silva (2009), a lavagem verde ou as pinceladas de verde nos relatórios sociais e ambientais “não passam de ações de marketing visando passar uma melhor imagem socioambiental”. Para Bebbington, Larrinaga e Moneva (2008), esses relatórios são usados para minimizar os aspectos negativos do desempenho socioambiental, sugerindo gerenciamento de riscos de reputação. Adams e Whelan (2009) relatam o caso de greenwash de uma empresa que divulgou no seu relatório impactos sociais e ambientais inconsistentes com uma grande quantidade de informações disponíveis no domínio público, sugerindo que a empresa agiu deliberadamente ao ocultar tais informações, o que “não seria tolerado nos relatórios financeiros” (ADAMS; WHELAN, 2009, p. 131).

Para Hopwood (2009), os relatórios servem como véu corporativo, ao mesmo tempo que mostram uma nova face da empresa, ocultam e protegem seu funcionamento, de tal forma que menos ainda se sabe da organização. Portanto, os relatórios socioambientais, principalmente das empresas que causam grande impacto ambiental, devem fornecer informações que satisfaçam às expectativas da sociedade, de forma que se deve buscar solução para os problemas decorrentes da falta de informação para os stakeholders, mais especificamente, a comunidade do entorno, já que esta é a primeira a ser atingida pelo impacto ambiental negativo (AZEVEDO, 2010; MARQUES; FERREIRA; IRIGARAY, 2015; SOUZA, 2013; MALDONADO; EDUARDO; RIBEIRO, 2017).

Nesse sentido, para Denzin (2018), o papel da academia diante dos problemas da sociedade, é a investigação buscando justiça social, realizando um trabalho ético que faça uma diferença positiva. Parece que os acadêmicos das Ciências Contábeis estão negligenciando a sua responsabilidade, pois precisa-se incentivar as pesquisas na área da Contabilidade Socioambiental que tragam uma reflexão com estudos críticos que fomentem discussões, na busca de soluções para os reais problemas da sociedade (MARTINS, 2012; VOSS, 2016).

Assim, surge a seguinte questão: Quais relatórios socioambientais possuem informações, especificamente, para a comunidade do entorno? Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar em quatro modelos de relatórios socioambientais, utilizados por empresas no Brasil, informações que atendam às expectativas das comunidades do entorno.

Cabe esclarecer que, além dos modelos de relatórios analisados nesta pesquisa, existe o Relato Integrado (RI) e as normas CBPS 1 e 2. No entanto, o RI não foi abordado tendo em vista a baixa adesão das empresas (Souza et al., 2023). Quanto às normas CBPS 1 e 2, atualmente, são minutas de Pronunciamentos Técnicos que foram oferecidas à Audiência Pública Conjunta pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) até 11 de julho de 2024. Portanto, o processo encontra-se em andamento para finalização dos Pronunciamentos Técnicos CBPS 01 e CBPS 02.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com as normas internacionais de contabilidade, os relatórios financeiros devem ter a representação fidedigna da “essência dos fenômenos que pretendem representar” e tal representação deve ser completa, neutra e livre de erros (CPC, 2019, § 2.12). Para Jenkins e Yakovleva (2006), por não terem padronização de forma e conteúdo, as empresas estão optando por apresentar os relatórios socioambientais com estrutura semelhante à dos relatórios financeiros, porém sem os submeter ao processo de auditoria, fato que, segundo Kingston *et al.* (2019), gera um questionamento sobre a fidedignidade do que é apresentado.

Garcia *et al.* (2015) apontam que as empresas falham na elaboração de relatórios de sustentabilidade por falta de informações que estão disponíveis em seus sistemas contábeis. Para Hahn e Kühnen (2013), as empresas estão negligenciando a qualidade desses relatórios e demonstrando o descaso com os usuários. Dillard, Yuthas e Baudot (2016) alegam que as informações socioambientais dos relatórios não estão completas, pois existem várias métricas que não são consideradas, porque a contabilidade desconhece as necessidades dos grupos de *stakeholders* menos poderosos. Uma forma de corrigir essa miopia, segundo Bellucci *et al.* (2019, p.1.468), é incentivar o envolvimento das partes interessadas, pois podem “atuar como um importante veículo de codificação dialógica e criar uma nova representação da realidade”.

Para Trancoso, Siqueira e Gomes (2018), os relatórios de sustentabilidade servem para mensurar os impactos socioambientais causados pelas empresas, bem como prover essas informações aos seus usuários, de forma que possam exercer seu poder de julgamento quanto ao comportamento responsável adotado pela empresa. Hahn e Kühnen (2013) afirmam que é essencial identificar se os relatórios

realmente satisfazem as necessidades informacionais e se as empresas investem poder para todos os *stakeholders*.

As comunidades do entorno de grandes empreendimentos econômicos, com frequência têm suas necessidades ignoradas e acabam se tornando zonas de sacrifício, entendidas como regiões onde os efeitos da degradação ambiental trazem consequências graves para a saúde mental e física das populações (MARQUES, 2023). Nesse sentido, a participação da comunidade do entorno na avaliação dos relatórios sociais e ambientais das empresas possibilitaria, segundo Kingston *et al.* (2019, p. 453), “uma avaliação pela perspectiva do usuário”, bem como o surgimento de “conclusões diferentes sobre a eficácia de uma organização” (EBRAHIM, 2005, p. 63), além de dar voz a um grupo negligenciado pela contabilidade e criar uma prestação de contas dialógica, recíproca e aberta (KINGSTON *et al.*, 2019). Para Barone, Ranamagar e Solomon (2013), o engajamento das partes interessadas pode ser capturado e direcionado pelas empresas como uma simulação de diálogo, para ser utilizado como vantagem em peças de marketing, perdendo-se assim o aprendizado mútuo com as trocas significativas de diálogo e a melhoria da prestação de contas entre as empresas e seus diversos *stakeholders*.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa está classificada como descritiva. Já com relação aos procedimentos é uma pesquisa bibliográfica e quanto à abordagem do problema como pesquisa qualitativa, porque analisa os modelos de relatórios socioambientais de forma a identificar se a comunidade do entorno das empresas é considerada em tais relatórios.

Os modelos analisados foram: Balanço Social do IBASE, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social – ETHOS; Conselho Federal de Contabilidade (CFC) Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) NBC T – 15 e *Global Reporting Initiative* (GRI).

### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O principal objetivo dos indicadores, conforme Van Bellen (2005), é agregar e quantificar informações de forma que a importância desta fique mais aparente. O autor afirma que “os indicadores simplificam as informações sobre fenômenos complexos tentando melhorar com isso o processo de comunicação (VAN BELLEN, 2005). Segundo Segnestam (2002), os indicadores não são o fim em si mesmos, eles são os meios para um fim, pois a análise deles resulta em informações que fundamentam uma melhor tomada de decisão. Ohayon e Rosenberg (2014, p. 299) afirmam que os indicadores “auxiliam a gestão, pois demonstram a relação e o grau de eficiência com que os recursos financeiros, materiais e humanos alocados (inputs) produzem o resultado (outputs)”. Contudo, para Oliveira *et al.* (2014), apesar das virtudes dos diversos indicadores sociais e ambientais, a maioria das pessoas não compreende como podem melhorar a qualidade de vida da sociedade mundial. Para Gray, Dillard e Spence (2013), cabe à academia dar mais atenção para a criação de relatórios sociais e ambientais que incluam os interesses de grupos específicos, como por exemplo, as comunidades locais, os pobres e/ou excluídos, os empregados e desempregados.

Caber ressaltar, que as empresas apresentam as informações sociais e ambientais em caráter voluntário, com exceção das empresas do setor de energia elétrica, pois a Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que aprova o manual de contabilidade para o setor, onde consta a exigência do Relatório de Responsabilidade Socioambiental, incluindo o Balanço Social, cujas informações são baseadas no modelo IBASE (ANEEL, 2015). Os modelos de relatórios sociais e ambientais mais utilizados pelas empresas brasileiras são analisados a seguir.

#### 4.1 Modelo IBASE

Em 1980, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, fundou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e, em 1993, se tornou mais conhecido no país ao liderar a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (IBASE, 2019b). Conforme Oliveira (2015), esta campanha era a resposta da sociedade civil às grandes desigualdades sociais expostas pelo Mapa da Fome, relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), visto que “trinta e dois milhões de brasileiros – uma população equivalente à da Argentina – defronta-se, diariamente, com o problema da fome” (IPEA, 1993, p.5).

Sendo assim, na mesma época, o IBASE lançou o seu modelo de Balanço Social, cujo principal objetivo foi “tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente” (IBASE, 2019a). O modelo de Balanço Social “reúne um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade (IBASE, 2019a). O modelo Ibase é composto pelos indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial, sendo estas com suas respectivas metas. A base de cálculo dos indicadores são: a receita líquida; o resultado operacional e a folha de pagamento bruta da empresa.

Os indicadores sociais externos representam os investimentos da empresa destinados à sociedade em educação; cultura, saúde e saneamento; habitação; esporte; lazer e diversão; creches; alimentação; combate à fome e segurança alimentar; outros. Observa-se que não há indicador específico para a comunidade do entorno. Sendo assim, o investimento feito para atender a esse indicador, pode ser em qualquer localidade, porém sem atender às necessidades daqueles que são os primeiros a sofrer os impactos gerados pelas atividades das empresas.

Nos indicadores ambientais estão os investimentos relacionados com a produção e/ou operação e em programas e/ou projetos externos, além do percentual que foi cumprido das metas ambientais anuais. Nesse indicador também não há informação específica para a comunidade do entorno.

Cabe ressaltar que o modelo IBASE foi elaborado há quase 30 anos em um outro contexto explicado anteriormente. Segundo Lana *et al.* (2011), o modelo é simples e a clareza dos indicadores facilita a interpretação dos dados. Para Vaz, Lezana e Maldonado (2017), no modelo IBASE os indicadores são abordados de forma genérica e quantitativa, com o foco na informação sobre os investimentos feitos pela empresa. Contudo, o modelo carece de informações qualitativas específicas dos investimentos feitos pela empresa, especificamente, na comunidade do entorno, já que os indicadores externos se referem à sociedade como um todo.

#### 4.2 Modelo Ethos

Os indicadores do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social visam “avaliar o quanto a sustentabilidade e a responsabilidade social têm sido incorporadas nos negócios, auxiliando na definição de estratégias, políticas e processos” (ETHOS, 2019, p. 8). O modelo Ethos é estruturado “em quatro grandes dimensões, as quais são desdobradas em temas inspirados na Norma ISO 26000, os quais, por sua vez, desdobram-se em subtemas e, posteriormente, em indicadores” (ETHOS, 2019, p. 9). No modelo Ethos, as empresas respondem às questões de cada indicador, cabendo a elas identificarem em qual estágio se encontram naquele indicador. Sendo assim, o estágio 1 representa que a empresa trata o item de forma incipiente. No estágio 2, a empresa amplia suas iniciativas e implementa práticas contínuas sobre o tema. O estágio 3 representa que a empresa possui políticas formalizadas e implementa processos para promover valores. No estágio 4, a empresa está eficiente em relação ao tema, pois já o considera na tomada de decisão. O estágio 5 é o do protagonismo sobre o tema do indicador, pois já “passou por

transformações e inovações para a geração de valores e atualização de suas práticas” (ETHOS, 2019, p. 11). Dessa forma, são as próprias empresas que controlam seu avanço nos estágios, configurando, portanto, uma autoavaliação.

As quatro dimensões do modelo são: visão e estratégica; governança e gestão; social; e ambiental. Como o foco desta pesquisa é a comunidade do entorno, serão abordadas as dimensões do modelo que incluem indicadores sobre a referida comunidade, ou seja, a dimensão social e a ambiental. A dimensão social é composta por quatro temas: direitos humanos; práticas de trabalho; questões relativas ao consumidor; e envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento. Nessa dimensão, apenas dois temas tratam, especificamente, da comunidade do entorno e/ou partes interessadas: direitos humanos; e envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento.

No tema direitos humanos, da dimensão social do modelo, encontra-se o indicador 20 - Monitoramento de Impactos do Negócio nos Direitos Humanos - e seus cinco estágios de responsabilidades, que a empresa deve identificar em qual estágio se encontra. No estágio 1, segundo o Ethos (2019, p. 43), “a empresa tem meios de identificar os casos de desrespeito aos direitos humanos, que ocorram interna ou externamente e se assegura de não praticar discriminação”, incluindo a comunidade do entorno. No estágio 2 “a empresa identifica, previne e aborda impactos negativos reais ou potenciais nos direitos humanos resultantes de suas atividades ou de atividades das organizações de sua esfera de influência” (ETHOS, 2019, p. 43). No estágio 3 “a empresa implementa políticas de direitos humanos para acompanhar e orientar o público interno e demais partes interessadas (...) adota procedimentos para atender ou oferecer solução para as queixas e denúncias” (ETHOS, 2019, p. 43). No estágio 4, “a empresa realiza auditorias nas operações de sua responsabilidade e monitora sua esfera de influência, além de envolver formalmente a sua cadeia de valor no desenvolvimento de boas práticas de direitos humanos” (ETHOS, 2019, p. 43). No estágio 5, “a empresa envolve partes interessadas em sua avaliação de impactos em direitos humanos, realiza visitas e/ou auditorias nas operações de sua cadeia de valor, e implementa procedimentos no âmbito da comunidade do entorno, com o propósito de remediar eventuais impactos” (ETHOS, 2019, p. 43).

O tema envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento, da dimensão social do modelo, é composto pelo subtema gestão de impactos na comunidade e desenvolvimento, que possui dois indicadores específicos para a comunidade do entorno: 34 - gestão dos impactos na comunidade; e 35 - compromisso com o desenvolvimento da comunidade e gestão das ações sociais (ETHOS, 2019, p. 42). No indicador 34, ao escolher o estágio 1, a empresa está declarando que “procura contemplar medidas reparadoras nas respostas que fornece às reclamações e manifestações da comunidade onde se encontra inserida e/ou realiza suas operações” (ETHOS, 2019, p. 58). Ao indicar o estágio 2, a empresa está afirmando que já “mapeou os impactos gerados na comunidade do entorno resultantes de suas atividades e implantou uma estrutura apta para registrar reclamações e oferecer respostas e informações às lideranças e/ou moradores locais sobre as providências tomadas” (ETHOS, 2019, p. 58). No estágio 3, do modelo Ethos, a empresa obriga-se “a comunicar antecipadamente possível ocorrência de eventos críticos e mudanças na sua estrutura de operação”, bem como “monitora periodicamente os indicadores de impacto na comunidade e adota medidas para melhoria contínua de seu desempenho, mantendo um ou vários canais de diálogo abertos, por meio dos quais comunica os resultados das consultas às partes afetadas” (ETHOS, 2019, p. 58). No estágio 5, “a empresa disponibiliza para a comunidade externa dados relevantes sobre seu desempenho (econômico, social e ambiental), além de influenciar a sua cadeia de valor no desenvolvimento da gestão participativa” (ETHOS, 2019, p. 58).

Ainda no tema envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento, no indicador 35 - compromisso com o desenvolvimento da comunidade e gestão das ações sociais, indicando o estágio 1, “a empresa atende a demandas de investimento social, realiza ações sociais de forma pontual e/ou atua em determinadas oportunidades; além disso, aloca incentivos fiscais em projetos sociais ou culturais (ETHOS, 2019, p. 59). Já no estágio 2, a empresa assume que foram mapeadas as necessidades da comunidade do entorno da área de operações e se promoveu intervenções a partir dessas demandas. As demais informações desse estágio são referentes a projetos e programas de voluntariado e sua divulgação (ETHOS, 2019, p. 59). Para o estágio 3, a empresa assume que desenvolve procedimento formal de investimento social com áreas definidas, além de implementar e monitorar as intervenções no processo de revisão dos resultados; também presta contas à comunidade através de seu relato de sustentabilidade (ETHOS, 2019, p. 59). No estágio 4, a empresa afirma que alinha as solicitações da comunidade à sua estratégia de negócio; se organiza com outros atores para alavancar recursos e parcerias para dar suporte à comunidade, principalmente aos menos favorecidos e mais vulneráveis, na criação de negócios e cooperativas; “toma também iniciativas e/ou fortalece a capacidade e oportunidade dos fornecedores locais de contribuir com sua cadeia de valor (ETHOS, 2019, p. 59). No estágio 5, a empresa efetivamente contribui para o desenvolvimento das comunidades ou regiões onde atua, com programas institucionais que possibilitem o desenvolvimento de capacidades, geração de renda, educação ou qualificação, além de promover o engajamento com as partes interessadas e com outras empresas em favor da comunidade local (ETHOS, 2019). Cabe ressaltar que o estágio 2 foi o único nesse indicador a mencionar, especificamente, a comunidade do entorno.

Na dimensão ambiental, há apenas o tema meio ambiente, com três subtemas: mudanças climáticas; gestão e monitoramento dos impactos sobre os serviços ecossistêmicos e a biodiversidade; e impactos do consumo (ETHOS, 2019), com um total de 11 indicadores. No entanto, a comunidade do entorno é mencionada em apenas dois indicadores: 40 - prevenção da poluição e 45 - educação e conscientização ambiental.

Ao assinalar que está no estágio 1, do indicador 40, a empresa assume que “identifica suas fontes de poluição (resíduos, efluentes e emissões atmosféricas); adota medidas de controle para atender à legislação vigente, incluindo a destinação adequada dos resíduos perigosos; cumpre a legislação no que tange à poluição sonora e visual e à emissão de particulados e poeira” (ETHOS, 2019, p. 66). No estágio 2, “a empresa adota práticas iniciais de prevenção à poluição com foco nos 3 Rs: reduzir, reutilizar e reciclar, ou semelhante. Realiza campanhas internas com vistas a capacitar seus empregados em relação à poluição e sua prevenção” (ETHOS, 2019, p. 66). Para o estágio 3, a empresa assume que possui política de conduta ambiental em sua operação, além de “compromete-se com o controle e a prevenção da poluição. Realiza investimentos em tecnologia focada na eficiência, por meio de adequações em suas instalações, processos e produtos, buscando minimizar as fontes poluidoras” (ETHOS, 2019, p. 66). No caso de indicar o estágio 4, a empresa afirma que tem investido em tecnologias de produção mais limpa, além de adequações nas instalações, processos e produtos, visando minimizar ou eliminar as fontes poluidoras, além de incentivar sua cadeia de fornecedores a participar da prevenção à poluição e de uma produção mais limpa (ETHOS, 2019, p. 66). Indicando o estágio 5, a empresa afirma que “é reconhecida por sua excelência em produção mais limpa e na prevenção à poluição”, implantando, por exemplo, o controle dos impactos da poluição em todo o ciclo de vida de seus produtos e serviços, consultada como benchmark e por suas práticas de promoção do tema” (ETHOS, 2019, p. 66).

No indicador 45- educação e conscientização ambiental, o estágio 1 estabelece que “a empresa desenvolve ações de educação ambiental e conscientização dos empregados sobre essa temática, pontualmente ou em decorrência de pressão externa (como exigências do governo, crises de fornecimento etc.)” (ETHOS, 2019, p. 71). No estágio 2, “a empresa promove treinamento sobre educação ambiental focado no público interno, disponibilizando informações e promovendo discussões” (ETHOS, 2019, p. 71). No estágio 3, “a empresa elabora e divulga um programa anual de educação ambiental, desenvolve

sistematicamente atividades e aborda de forma transversal o tema em seus demais treinamentos e atividades, a fim de gerar mudança na cultura da organização” (ETHOS, 2019, p. 71). No estágio 4, “além de campanhas internas, a empresa desenvolve campanhas de conscientização e educação ambiental dirigidas a familiares de empregados, fornecedores, consumidores e clientes e à comunidade do entorno imediato da empresa” (ETHOS, 2019, p. 71). No estágio 5, “a empresa apoia projetos educacionais em parceria com organizações não-governamentais e ambientalistas, exercendo liderança social em favor dessa causa” (ETHOS, 2019, p. 71). Cabe ressaltar que, nesse indicador, somente o estágio 4 cita, especificamente, a comunidade do entorno e não fica claro se, caso a empresa fizer uma propaganda em rede nacional, pode ser considerado que o estágio 4 foi atendido. Sampaio *et al.* (2012) ressaltam que há uma preocupação mais social nos modelos Ethos e Ibase, uma vez que as informações de natureza social são mais detalhadas do que as de natureza ambiental. Para Vaz, Lezana e Maldonado (2017) o modelo Ethos é o que abrange todas as áreas de uma empresa.

### 4.3 Modelo CFC

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou, em 2004, uma Norma Brasileira de Contabilidade (NBC), a NBC T – 15 que trata da Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, que estabelece procedimentos para evidenciação dessas informações “com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade” (CFC, 2004). Cabe ressaltar que essa demonstração não tem caráter de obrigatoriedade, mas se a entidade optar por fazê-la, tal demonstração deve ser revista por auditor independente, publicada com o relatório da empresa e inserida como informações complementares às demonstrações contábeis da entidade.

A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental é dividida em quatro dimensões: 1) a geração e a distribuição de riqueza; 2) os recursos humanos; 3) a interação da entidade com o ambiente externo (dados referentes somente à comunidade, clientes e fornecedores); 4) a interação com o meio ambiente. Contudo, as dimensões dessa demonstração com informações de interesse específico da comunidade local são a dimensão três e a dimensão quatro. Na dimensão três da referida demonstração, a entidade deve informar o total dos investimentos feitos na comunidade em: a) educação, exceto a de caráter ambiental; b) cultura; c) saúde e saneamento; d) esporte e lazer, não sendo considerados os patrocínios com finalidade publicitária; e) alimentação (CFC, 2004). Contudo, não está explícito se a referida comunidade é a do entorno dos locais de operações das empresas.

Na dimensão quatro, são apresentadas as informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devendo ser evidenciados: a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais; f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; h) passivos e contingências ambientais (CFC, 2004).

Para Sampaio *et al.* (2012), a norma do CFC estabelece os procedimentos para a elaboração e publicação da demonstração de natureza social e ambiental, porém é fundamental um debate sobre a regulação e padronização dos relatórios socioambientais, pois esta falta de padrão dificulta a análise comparativa de empresas até do mesmo setor econômico. Oliveira *et al.* (2014) acrescentam que, além da falta de padronização e de periodicidade, as informações apresentadas pelas empresas são muitas vezes limitadas, sugerindo uma subjetividade por parte dos gestores na escolha dos itens que serão contemplados na demonstração socioambiental, já que as externalidades negativas são pouco evidenciadas. Sampaio *et al.* (2012) destacam que as empresas tendem a omitir as informações



desfavoráveis que possam impactar na sua legitimidade perante seus diversos stakeholders. Segundo Mello, Hollnagel e Cei (2016), esse comportamento dos gestores pode ser explicado devido ao caráter não coercitivo de lei da norma do CFC, o que impacta na falta de informações para os stakeholders. Para Dubbink et al (2008) a necessidade de uma estrutura jurídica que possa promover nos relatórios socioambientais o mesmo nível dos relatórios financeiros obrigatórios.

Blackburn et al (2014) ressaltam que os stakeholders não podem ter atitudes apropriadas em relação ao impacto do negócio na sociedade porque as empresas não fornecem informações sociais e ambientais adequadas. Para Spence (2009), as empresas têm o dever de fornecer informações sobre suas interações sociais e ambientais para todos os stakeholders e não apenas para os stakeholders financeiros, pois tais informações são “instrumentais para informar a sociedade e, em última análise, em trazer uma democracia mais participativa” (SPENCE, 2009, p. 206).

#### 4.4 Modelo GRI

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização sem fins lucrativos, criada em 1997, com o objetivo de criar o primeiro mecanismo de prestação de contas, garantido que as empresas aderissem aos princípios de uma conduta ambiental responsável, sendo depois ampliados para incluir as questões sociais, econômicas e de governança. A primeira versão das Diretrizes GRI (G1) foi publicada em 2000, sendo a primeira estrutura global para relatórios de sustentabilidade (GRI, 2020).

A versão mais recente das Diretrizes são os Padrões GRI entrou em vigor em julho de 2018, com exceção do Padrão GRI 303, que trata sobre água e efluentes, que entrou em vigor em primeiro de janeiro de 2021 (GRI, 2016). Esses padrões são divididos em quatro séries, a saber: GRI 100 – Padrões Universais; GRI 200 – Padrões Econômicos; GRI 300 – Padrões Ambientais; GRI 400 – Padrões Sociais. Serão analisados os padrões GRI 300 e 400.

A série GRI 300 – Padrões Ambientais é composta por oito padrões e 32 indicadores, a saber: GRI 301: Materiais, com três indicadores; GRI 302: Energia, com cinco indicadores; GRI 303: Água e Efluentes, com cinco indicadores; GRI 304: Biodiversidade, com quatro indicadores; GRI 305: Emissões, com sete indicadores; GRI 306: Efluentes e Resíduos, com cinco indicadores; GRI 307: Conformidade ambiental, com um indicador; GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores com dois indicadores.

Já a série GRI 400 – Padrões Sociais é composta por 19 padrões, totalizando 40 indicadores. Contudo, apenas o padrão 413 tem informações específicas sobre a comunidade local, com dois indicadores: 413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento; e 413-2 Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais. Cabe ressaltar que a comunidade local é definida como as pessoas ou grupos de pessoas que vivem e/ou trabalham em quaisquer áreas que são impactadas econômica, social ou ambientalmente (positiva ou negativamente) pelas operações de uma organização, bem como as pessoas que vivem adjacentes às operações de uma organização, bem como aqueles que vivem à distância, mas são susceptíveis de serem afetados por essas operações (GRI, 2016).

O indicador 413-1 estabelece que a empresa deve divulgar informações sobre o percentual de operações com envolvimento da comunidade local que foram implementadas, bem como as avaliações de impacto e/ou programas de desenvolvimento, incluindo: 1) avaliações de impacto social, inclusive de gênero; 2) avaliações de impacto ambiental e monitoramento contínuo; 3) divulgação pública de resultados de avaliações de impacto ambiental e social; 4) programas de desenvolvimento comunitário local baseados nas necessidades das comunidades locais; 5) planos de engajamento de partes interessadas com base no mapeamento de partes interessadas; 6) comissões e processos de consulta da comunidade local, incluindo grupos vulneráveis; 7) conselhos de trabalhadores, comitês de segurança e saúde ocupacional e outros órgãos de representação dos trabalhadores para lidar com os impactos; 8) processos formais de reclamação da comunidade local (GRI, 2016). No indicador 413-2, a empresa deve divulgar

as operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais, incluindo a localização das operações.

Para Carvalho e Siqueira (2007), o modelo GRI apresenta grandes contribuições, uma vez que oferece informação abrangente, é consolidado mundialmente, além de fornecer uma base maior para comparações. Segundo Bellucci *et al.* (2019), além de permitir comparações, o padrão unificado dos relatórios da GRI permite realizar benchmarking entre várias organizações e reduz problemas relacionados à heterogeneidade. Para Sampaio *et al.* (2012), o atendimento às diretrizes estabelecidas pelo GRI pode ser explicado pelas relações comerciais das empresas com outros países, uma vez que o modelo GRI é aceito por instituições e órgãos internacionais.

Contudo, para Azapagic (2004), as diretrizes de relatórios da GRI são mais apropriadas para grandes empresas, sendo necessário desenvolver uma estrutura mais simplificada de indicadores para pequenas e médias empresas. Barone, Ranamagar e Solomon (2013, p.167) destacam que “o foco do GRI está predominantemente no relato corporativo em vez de fornecer diretrizes para as práticas de envolvimento das partes interessadas *per se*”.

## 5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os modelos de relatórios analisados visam mais um *stakeholder* com ligação direta com as empresas e menos com os que sofrem as consequências de suas atuações. Portanto, cabe enfatizar que o olhar deste trabalho é sobre aqueles que sofrem as consequências das externalidades e não são considerados nessa relação empresa-comunidade.

Com intuito de resumir e comparar os modelos analisados foi elaborado o Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Comparação dos modelos de indicadores sociais e ambientais

	IBASE	ETHOS	CFC	GRI
Indicadores Sociais	05	17	05	44
Para a comunidade do entorno	nenhum	02	nenhum	02
Indicadores Ambientais	03	11	08	40
Vantagens do modelo	Simples e de fácil interpretação Lana <i>et al.</i> (2011); Oliveira (2008)	Abrange todas as áreas de uma empresa (VAZ; LEZANA; MALDONADO, 2017)	estabelece os procedimentos para elaboração e publicação (SAMPAIO <i>et al.</i> , 2012)	informação abrangente; consolidado mundialmente (CARVALHO; SIQUEIRA, 2007)
Desvantagens do modelo	indicadores genéricos e quantitativos (VAZ; LEZANA; MALDONADO, 2017)	informações de natureza ambiental pouco detalhadas (SAMPAIO <i>et al.</i> , 2012)	caráter não coercitivo de lei da norma do CFC (MELLO; HOLLNAGEL; CEI, 2016)	mais apropriado para grandes empresas (AZAPAGIC,2004)

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Observa-se o número reduzido de indicadores específicos para a comunidade do entorno e, segundo Gray (2001), as empresas devem prestar contas fornecendo informações do interesse de cada stakeholder, “e não pelo relato banal de como os *stakeholders* foram influenciados com êxito por material de relações públicas” (GRAY, 2001, p. 12). Para Hahn e Kühnen (2013), as iniciativas voluntárias de relatórios socioambientais são insuficientes para alcançar a responsabilidade corporativa, porque tais relatórios são elaborados seguindo considerações estratégicas.

Nesse sentido, Angotti (2018) argumenta que os relatórios sociais e ambientais são implementados em uma abordagem de cima para baixo, rejeitando a contribuição e a participação das pessoas envolvidas e atingidas pelos impactos econômicos, sociais e ambientais causados pelas empresas. Dessa forma, apesar dos diversos modelos e indicadores, percebe-se que as comunidades do entorno não estão sendo atendidas, pois além de não participarem da elaboração do conteúdo dos relatórios com as suas necessidades, são poucos os indicadores específicos para elas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória a importância da informação contábil e a relevância dos relatórios socioambientais para a sociedade como um todo. Contudo, tais informações com qualidade são muito significativas para as pessoas que são as primeiras a serem impactadas pelas consequências das atividades operacionais das empresas: as comunidades do entorno.

No entanto, os relatórios socioambientais além de serem de difícil compreensão de não especialistas, podem causar insegurança sobre a transparência das informações contidas. Outra restrição dos relatórios é que são elaborados em uma abordagem imposta, não aceitando a contribuição e a participação das pessoas envolvidas e atingidas pelos impactos econômicos, sociais e ambientais causados pelas empresas.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi analisar em quatro modelos de relatórios socioambientais, utilizados por empresas no Brasil, informações que atendam às expectativas das comunidades do entorno. Cabe esclarecer que o Relato Integrado (RI) e as normas CBPS 1 e 2 não fizeram parte deste trabalho, pois o primeiro tem baixa adesão das empresas e as normas estão em fase de finalização no Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) para se tornarem os Pronunciamentos Técnicos CBPS 01 e CBPS 02.

O resultado do estudo evidenciou que a informação específica para este *stakeholder* praticamente não está contemplada nos indicadores dos modelos de relatórios socioambientais analisados. Percebe-se que há um grande caminho a percorrer e questiona-se o que a academia pode fazer para o bem-estar dessa comunidade, uma vez que as pesquisas apontam que além da falta de participação das partes interessadas os relatórios sociais e ambientais ainda pecam pela baixa comparabilidade, apresentam um viés para gerenciamento de imagem, têm uma transparência precária e uma abrangência de informações limitada. Cabe ressaltar que independente da atividade da empresa, todas devem prestar contas de suas decisões e todas têm um *stakeholder* em comum: a comunidade do entorno.

É possível mudar este cenário explorando-se o papel e o funcionamento da contabilidade na área ambiental e de sustentabilidade, para que se tenha uma base de conhecimento, em uma área que tem profundas consequências para a raça humana.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, C.; WHELAN, G.. Conceptualising future change in corporate sustainability reporting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, 22(1), 118-143, 2009. <https://doi.org/10.1108/09513570910923033>

ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica. **Manual de Contabilidade do Setor Elétrico**. 2015. Disponível em: [https://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/MCSE\\_-\\_Versao\\_2015.pdf](https://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/MCSE_-_Versao_2015.pdf) Acesso em: 10 set. 2024.

ANGOTTI, M.. **Full Cost Accounting e Contabilidade Dialógica aplicados para avaliação da sustentabilidade da indústria de extração mineral em Congonhas (MG)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. 198 p. Disponível em: [https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc\\_number=000875839&local\\_base=UFR01](https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000875839&local_base=UFR01) Acesso em: 10 set. 2024.

AZAPAGIC, A. Developing a framework for sustainable development indicators for the mining and minerals industry. **Journal of Cleaner Production**. v.12. p. 639-662. 2004. [https://doi.org/10.1016/S0959-6526\(03\)00075-1](https://doi.org/10.1016/S0959-6526(03)00075-1)

AZEVEDO, L.G. Valoração da areia extraída dos leitos de rios e utilizada no processo produtivo da indústria da construção civil. Tese (Doutorado em Recursos Naturais). UFCG: Campina Grande, 2010. 121 f. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/250089580> Acesso em: 10 set. 2024.

BARONE, E.; RANAMAGAR, N.; SOLOMON, J. A Habermasian model of stakeholder (non)engagement and corporate (ir)responsibility reporting. **Accounting Forum**, 37(3), 163-181, 2013. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2012.12.001>

BAUMGARTNER, R. J.; EBNER, D. Corporate Sustainability Strategies: Sustainability Profiles and Maturity Levels. **Sustainable Development**. v. 18, p. 76-89, 2010. <https://doi.org/10.1002/sd.447>

BEBBINGTON, J.; LARRINAGA, C.; MONEVA, J.M. Corporate social reporting and reputation risk management. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 21 Issue: 3, pp.337-361, 2008. <https://doi.org/10.1108/09513570810863932>

BELLUCCI, M.; SIMONI, L.; ACUTI, D.; MANETTI, G.. Stakeholder engagement and dialogic accounting: Empirical evidence in sustainability reporting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 32 n. 5, pp. 1467-1499, 2019. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-09-2017-3158>

BLACKBURN, N.; BROWN, J.; DILLARD, J.; HOOPER, V. A dialogical framing of AIS-SEA design. **International Journal of Accounting Information Systems** v. 15, 83-101, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.accinf.2013.10.003>

BROWN, J. Democracy, sustainability and dialogic accounting technologies: Taking pluralism seriously. **Critical Perspectives on Accounting** v. 20, 313-342. 2009. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2008.08.002>

CARVALHO, F. M.; SIQUEIRA, J. R. M. Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais e Empresas Latino-Americanas. **Pensar Contábil**, v. 9, 38, 2007.

CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.003/04. NBC T 15 -** Informações de Natureza Social e Ambiental. 2004. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res\\_1003.pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1003.pdf) Acesso em: 10 set. 2024.

CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2).** Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Novembro, 2019. Disponível em [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573\\_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf) Acesso em: 10 set. 2024.

DENZIN, N. K. Investigação Qualitativa Crítica. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, jan/abr, 2018. DOI:10.21446/scg\_ufrj.v13i1.14178

DILLARD, J. F.; YUTHAS, K.; BAUDOT, L. Dialogic framing of accounting information systems in social and environmental accounting domains: Lessons from, and for, microfinance. **International Journal of Accounting Information Systems**, v. 23, p. 14-27, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.accinf.2016.10.001>

DUBBINK, W.; GRAAFLAND, J.; VAN LIEDEKERKE, L. CSR, transparency and the role of intermediate organisations. **Journal of Business Ethics**, 82, 391-406, 2008. <https://www.jstor.org/stable/25482298>

EBRAHIM, A.. Accountability myopia: losing sight of organizational learning. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 34 No. 1, pp. 56-87, 2005. <https://doi.org/10.1177/0899764004269430>

ETHOS - INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis.** Ciclo 2018/2019. Disponível em <https://www.ethos.org.br/conteudo/indicadores-ethos-publicacoes/#.XWBIX-NKjIW> Acesso em: 10 set. 2024.

GARCIA, S.; CINTRA, Y.C.; RIBEIRO, M.S.; DIBBERN, B.R.S. Qualidade da divulgação socioambiental: um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade.** UFSC, Florianópolis, v. 12, n. 25, p.67-94, jan./abr. 2015. DOI:10.5007/2175-8069.2015v12n25p67

GRAY, R. Thirty years of social accounting, reporting and auditing: what (if anything) have we learnt? **Business Ethics: A European Review.** v. 10 Number 1, January, 2001. <https://doi.org/10.1111/1467-8608.00207>

GRAY, R.; DILLARD, J.; SPENCE, C.. Pesquisa em contabilidade social como se o mundo importasse: um ensaio sobre nostalgia e um novo absurdismo. **Revista Contabilidade e Organizações**, v. 17, pp.120-133, 2013. <https://doi.org/10.11606/rco.v7i17.59345>  
GRI, Standards. GRI 413: Local Communities. 2016. Disponível em: [www.globalreporting.org/standards/](http://www.globalreporting.org/standards/) Acesso em: 10 set. 2024.

HAHN, R.; KÜHNEN, M. Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. **Journal of Cleaner Production**, v. 59, p. 5-21. 2013. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.07.005>

HOPWOOD, A. G. Accounting and the environment. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, p. 433-439. 2009. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2009.03.002>

IBASE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Balanco Social**. 2019a. Disponível em <https://ibase.br/pt/balanco-social/> Acesso em: 10 set. 2024.

IBASE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Betinho, símbolo de cidadania**. 2019b. Disponível em <https://ibase.br/pt/betinho> Acesso em: 10 set. 2024.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Documento de Política nº 14. O Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar**. Brasília: IPEA, 1993. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/o-mapa-da-fome-vol1.pdf> Acesso em: 10 set. 2024.

JENKINS, H.; YAKOVLEVA, N. Corporate social responsibility in the mining industry: exploring trends in social and environmental disclosure. **Journal of Cleaner Production**, v. 14, 271-284. 2006. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2004.10.004>

KINGSTON, K.L.; FURNEAUX, C., DE ZWAAN, L.; ALDERMAN, L. From monologic to dialogic: Accountability of nonprofit organisations on beneficiaries' terms. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 33 No. 2, pp. 447-471, 2019. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-01-2019-3847>

LANA, C.A.M.; BERNARDO, D.C.R.; NAZARETH, L.G.C.; MENDONÇA, L.G.C. Um Estudo das Ações Para Divulgar e Consolidar o Balanço Social no Brasil. **Revista Gestão Organizacional**, v.4, n.2, 2011. <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/895> Acesso em: 10 set. 2024.

LINS, L.S.; SILVA, R. N. S.. Responsabilidade Sócio-Ambiental ou Greenwash: Uma Avaliação com Base nos Relatórios de Sustentabilidade Ambiental. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan/jun 2009. [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v4i1.13170](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v4i1.13170)

MALDONADO, A.D.R.M.; EDUARDO, A.S.; RIBEIRO, J. S.. Valoração Econômica Ambiental Como Instrumento do Planejamento Ambiental. In: I ENCONTRO INTERNACIONAL DE GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (EIGEDIN), 1., **Anais...** [S.l.], v. 1, n. 1, out. 2017. ISSN 2594-8083.

MARQUES, A.L.; FERREIRA, A.C.S.; IRIGARAY, H.A. Métodos de Valoração Econômica: A Percepção dos Contadores do Setor de Energia Elétrica Brasileira. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, set/dez, 2015. [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v10i3.13361](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v10i3.13361)

MARQUES, L. **O Decênio Decisivo: Propostas para uma Política de Sobrevivência**. São Paulo: Elefante, 2023.

MARTINS, E. A. **Pesquisa contábil brasileira: uma análise filosófica.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. São Paulo: USP, 2012. 268p.  
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14022013-171839/pt-br.php> Acesso em: 15 set. 2024.

MELLO, C. G. G.; HOLLNAGEL, L. C.; CEI, N. G.. Evidenciação Ambiental Segundo A NBC T 15: Uma Análise em Quatro Empresas do Setor de Energia Elétrica de 2006 A 2014. **Redeca**, v.3, n.2, p. 93-109, 2016. <https://doi.org/10.23925/2446-9513.2016v3i2p93-109>

OHAYON, P.; ROSENBERG, G.. Análise dos Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz. **Revista do Serviço Público**, v. 65, p. 297-319, 2014. <https://doi.org/10.21874/rsp.v65i3.626>

OLIVEIRA, F.M. Desigualdade Social: uma trajetória de insistência no Brasil. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., Universidade Federal do Maranhão. **Anais...** São Luis: JOINPP, 2015. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/desigualdade-social-uma-trajetoria-de-insistencia-no-brasil.pdf> Acesso em: 10 set. 2024.

OLIVEIRA, J.A. P. **Empresas na sociedade.** 2ª Tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

OLIVEIRA, M. D. A. S.; CAMPOS, L. M. D. S.; SEHNEM, S.; ROSSETTO, A. M.. Relatórios de sustentabilidade segundo a Global Reporting Initiative ( GRI ): uma análise de correspondências entre os setores econômicos brasileiros. **Production**, v.24, n.2, 392-404, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-65132013005000064>

SAMPAIO, M. S.; GOMES, S. M. S.; BRUNI, A. L.; DIAS FILHO, J. M. Evidenciação de Informações Socioambientais e Isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n.1, p. 105-122, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1170/117022715007.pdf> Acesso em: 10 set. 2024.

SEGNESTAM, L. **Indicators of Environment and Sustainable Development: Theories and Practical Experience.** The International Bank for Reconstruction and Development. Washington DC: World Bank, 2002. Disponível em: <https://mediamanager.sei.org/documents/Publications/Policy-institutions/INDIC.pdf> Acesso em: 10 set. 2024.

SOUZA, J. M. M.; SANTOS NETO, A.V.; BONFIM, M.P.; ALVES, M.A.; SOARES, J.M. M. V.. Relato Integrado: Nível de Divulgação do Capital Humano das Empresas do Novo Mercado da B3. In: CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO, SOCIEDADE E INOVAÇÃO - CASI. **Anais...** Volta Redonda (RJ) Universidade Federal Fluminense, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/15casi/> Acesso em: 8 maio 2024.

SOUZA, R. C. **Análise dos impactos de emissões atmosféricas locais da indústria siderúrgica: um estudo de caso no Rio de Janeiro.** Dissertação (mestrado) do Programa de Planejamento Energético. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2013. Disponível em [https://www.ppe.ufrj.br/images/publica%C3%A7%C3%B5es/mestrado/Rodrigo\\_Chauvet\\_de\\_Souza.pdf](https://www.ppe.ufrj.br/images/publica%C3%A7%C3%B5es/mestrado/Rodrigo_Chauvet_de_Souza.pdf) Acesso em: 10 set. 2024.

SPENCE, C. Social accounting's emancipatory potential: A Gramscian critique. **Critical Perspectives on Accounting**. v. 20. pp; 205-227. 2009. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2007.06.003>

TRANCOSO, V. F.; SIQUEIRA, J. R. M.; GOMES, M. Z.. GRI: Uma Análise da Percepção da Relevância dos Indicadores Ambientais Essenciais por Organizações Não Governamentais Fluminenses. In: CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 9., **Anais...** Rio de Janeiro: AdCont, 2018.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de Sustentabilidade**: Uma análise comparativa. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. 235p. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/84033> Acesso em: 8 maio 2024.

VAZ, C.R.; LEZANA, A.G.R.; MALDONADO, M.U.. Comparação Entre os Relatórios GRI, Ibase e Ethos no Quesito Meio Ambiente. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 5., **Anais...** Salvador: SIMEP, 2017.

VOSS, B.L. **Construções discursivas da contabilidade social e ambiental no Brasil**: o caso da Petrobras. Tese (Doutorado) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: USP, 2016. 312p. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-09062016-172826/pt-br.php> Acesso em: 10 set. 2024.